

“MÉXICO PROFUNDO: uma civilização negada”, de Guillermo Bonfil Batalla

“DEEP MEXICO: a denied civilization”, by Guillermo Bonfil Batalla

“MÉXICO PROFUNDO: una civilización negada”, de Guillermo Bonfil Batalla

Talita Rampin

Doutora em Direito
Universidade de Brasília
talitarampin@gmail.com
Brasil

Resumo

Resenha da obra “México Profundo: uma civilização negada”, de Guillermo Bonfil Batalla, traduzida para o português por Rebecca Lemos Igreja.

Palavras chave: México Profundo, Guillermo Bonfil Batalla, resenha.

Abstract

Review of the work “Deep Mexico: a denied civilization”, by Guillermo Bonfil Batalla, translated into Portuguese by Rebecca Lemos Igreja.

Keywords: Deep Mexico, Guillermo Bonfil Batalla, review.

Resumen

Revisión de la obra "México profundo: una civilización negada", de Guillermo Bonfil Batalla, traducida al portugués por Rebecca Lemos Igreja.

Palabras clave: México profundo, Guillermo Bonfil Batalla, revisión.



A atualidade está marcada por eventos críticos nas áreas da política, da economia e da segurança nacional. No liminar do século XXI, o capitalismo revela-se em um de seus momentos históricos de crise, matizado por problemas estruturais de que são exemplo o aumento da concentração de renda, o aprofundamento das desigualdades, o esgotamento dos recursos naturais, a intensificação do emprego da violência, das assimetrias relacionais de poder, da precarização das relações de trabalho, da exploração e espoliação da classe trabalhadora, das discriminações decorrentes da etnização e da racialização das relações sociais. E afinal, estes elementos seriam « problemas » ou « características » de uma forma específica de produção e reprodução social ?

Esses elementos são reveladores das características de um projeto de sociedade, pretensamente civilizatório, hegemônico, ocidental, que hierarquiza, segrega e exclui, invisibilizando ou exterminando outras alternativas de vida e sociedade, outros projetos de civilização.

O tema é abordado em “*México profundo: una civilización negada*”, do etnólogo e antropólogo Guillermo Bonfil Batalla, obra de referência que se tornou

mundialmente conhecida, em especial, no campo das ciências sociais.

Escrito na década de 1980 e publicado originalmente em espanhol, em 1987, pelo Editorial Grijalbo – selo amplamente conhecido pela veiculação de textos marxistas -, a obra foi traduzida para o português pela antropóloga e professora da Universidade, Rebecca Lemos Igreja, e publicada pela Editora UnB, em parceria com a Biblioteca de Antropologia e Ciências Sociais Brasil-México e o *Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social*, em 2019.

A obra enfoca a história e realidade mexicana, porém, o faz através de reflexões sobre teorias civilizatórias (ocidental e mesoamericana) que servem de instrumental para problematizar a história e a realidade latino-americana, e contribuem para a densificação do conhecimento sobre a mesoamérica – com destaque às categorias índio, indigenismo, cultura, identidade e regime colonial – e o aprofundamento das teorias sociais. Não é excessivo afirmar que a obra provoca uma reflexão ampla que ultrapassa as fronteiras de um país e alcança toda a América, inquietando o/a leitor/a sobre os limites e as possibilidades de existência, a exemplo do México em Batalla, de uma América “profunda” e outra “imaginária”.

Outro importante aspecto que revela a atualidade da leitura da obra é a centralidade da análise no caso do México. À exemplo das crises multifacetadas citadas inicialmente, o país enfrenta, hoje, um momento de forte crise política, econômica e social. Sua história recente está marcada por escândalos de corrupção, cometimento de crimes hediondos (notadamente homicídios, formação de grupos de extermínio, extorsão e estupro) e análogos (tortura, terrorismo e tráfico ilícito de entorpecentes), reorganização da política partidária (com abertura ao pluripartidarismo, com destaque à polarização PRI – Partido Revolucionário Institucional e PAN – Partido Autônomo Nacional, que respectiva e tradicionalmente figuram como organizações de centro-esquerda e direita, e à emergência de novas alternativas organizativas, como o PDR – Partido Democrático Revolucionário e o MORENA – Movimento Revolucionário Nacional) e episódios de violência no interior do estado e na capital, que aterrorizam a

população pelas circunstâncias em que são cometidos e intensificam uma profunda crise nas instituições democráticas, que definem pela instabilidade dos sistemas de justiça e de segurança pública decorrente da percepção de ineficácia e inefetividade de sua atuação. O polêmico e recente episódio do desaparecimento e posterior descoberta de assassinato de 43 (quarenta e três) estudantes em Ayotzinapa¹ exemplifica os processos de violência dirigidos contra a população e consequências nefastas da instabilidade das instituições no país, que possivelmente envolvem setores corrompidos do aparelho estatal pelo narcotráfico. Essa crise enfrentada pelo México torna atual a pergunta norteadora de “México profundo”: como chegamos onde estamos?

As contribuições de Batalla, embora contextualizadas no caso mexicano, vão ao encontro de outros estudos e estudiosos que dedicaram-se a refletir a América Latina como um problema: o antropólogo brasileiro Darcy

¹ Aos 26 de setembro de 2014, 43 estudantes da escola rural Raúl Isidro Burgos, da região de Ayotzinapa, foram conduzidos pela polícia mexicana, após um violento confronto iniciado pela ação de contenção e repressão policial contra uma manifestação com aproximadamente 100 estudantes. No confronto, seis pessoas foram mortas, 25 foram feridas e 43 desapareceram após serem conduzidas pela polícia para o interior de veículos para seu transporte e cujo destino era desconhecido. Teve início, então, uma grande mobilização no país (que repercutiu mundialmente com as chamadas políticas “¡Vivo se los llevaron!” e para investigar o paradeiro dos estudantes que teriam sido entregues, pela polícia, à organização “*Guerreiros Unidos*”, sendo posteriormente

executados e seus corpos queimados a mando de Sidronio Casarrubias, líder da organização criminosa. O episódio catalisou um movimento de descontentamento político com o governo e a política no país, com organização de inúmeros protestos nas diferentes regiões e questionamento do envolvimento de autoridades políticas no assassinato. O debate sobre o caso tem sido acirrado, com várias possibilidades de explicação e muitos questionamentos que permanecem em aberto. A teoria mais disseminada indica que o episódio exemplifica uma situação de falência estrutural nas instituições do país, corrompidas e intrinsecamente envolvidas com o poder do narcotráfico, e sinalizam uma das facetas mais perversas do terrorismo de estado mexicano.

Ribeiro² que, provocativo, problematiza aspectos da uniformização sem unidade latino-americana e indaga a própria existência de uma América Latina, contexto este que possui características distintivas no processo de formação de seus povos, identificados na intencionalidade, na prosperidade e, destaca-se, na violência; o sociólogo peruano, Aníbal Quijano³, que aborda a colonialidade do poder e o eurocentrismo na América Latina, em análise que engloba a divisão racial do trabalho; o sociólogo e politólogo mexicano Pablo González Casanova⁴, que aborda a exploração e a luta pela democracia latino-americana, e identifica na colonialidade interna um antecedente da opressão e exploração dos povos. Esses estudos e estudiosos revelam a atualidade do debate na modernidade e são indícios de aspectos comuns presentes na teoria social latino-americana.

O México (Estados Unidos Mexicanos) é um país de dimensões continentais. Sua geografia abrange um vasto território (aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados) situado estrategicamente entre a América Central e os Estados Unidos da América, possui uma população numerosa (aproximadamente

112,3 milhões de habitantes, sendo os dados do Censo de População e Moradia realizado no ano de 2010), sua fauna e flora são diversificadas, sua economia é plural, de mercado livre, industrialização recente, com produção em larga escala e com grande dependência da indústria petroleira, que constitui a maior fonte de renda do país. Em meio à adaptação da natureza, do meio e do homem, cultura e identidade mexicanas são forjadas e caracterizadas na mesma proporção continental: coexistem diferentes etnias indígenas, somam-se diversas experiências culturais. Tudo compõe um rico caleidoscópio identitário que, não obstante projete imagens culturais multifacetadas, origina-se, em Batalla, de uma única raiz civilizatória: a mesoamericana (índigena e supra-étnica).

Uma reflexão possível sobre a contribuição da obra é, justamente, os modelos analíticos de civilização que Batalla apresenta ao caso mexicano: a coexistência de dois tipos civilizatórios, adjetivados originalmente como o “ocidental” e o “mesoamericano”. A interferência do projeto ocidental, iniciado no período da colonização e invasões espanholas no México, é considerada pelo autor como uma civilização não interrompida com o fim

² RIBEIRO, Darcy. *A América Latina existe?* Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Ed. UnB, 2010. (Darcy no bolso, v.1).

³ QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales.

Enero/Abril, Año/Vol.10, Nº 1. Universidad Central de Venezuela. Caracas, Venezuela, p. 75-97.

⁴ CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: CLACSO/Vozes/ LPP, 2002.

da colônia e que adquiriu novos contornos na histórica do país com os novos grupos de poder (*criollos* e *mestizos*). Esse projeto, presente ainda na atualidade e denominado “México Imaginário”, adota um modelo de segregação social e negação de identidades, e permanece em conflito com outro projeto civilizatório: o mesoamericano, também denominado como “México Profundo”, caracterizado como constituinte de uma civilização negada e invisibilizada acirradamente pelos processos colonizadores, e que expressa-se de forma diversificada com culturas de povos indígenas e outras características distintivas.

Nesse sentido, merece destaque a categoria “indígena” utilizada pelo autor. Em “México profundo” essa categoria é tomada em seu aspecto supra étnico e denota a relação colonial estabelecida entre determinados grupos: o indígena, colonizado, e o europeu, colonizador. A partir dessa relação polarizada (colonizador/colonizado) o autor explica sua teoria civilizatória, distinguindo seus modelos analíticos a partir de cada um desses grupos – o indígena inserido em uma civilização mesoamericana e o colonizador protagonizando um modelo civilizatório ocidental. A chave analítica, em ambos os casos, é a relação colonial (utilizada como referência tanto para estabelecer as distinções civilizatórias como para significar a categoria indígena). Em obras posteriores, Batalla desenvolve uma teoria de etnodesenvolvimento, em contraposição às

correntes desenvolvimentistas e incorporando o elemento da integração latino-americana.

É relevante notar que as reflexões de Batalla sobre a polarização colonizador/colonizado e a negação do indígena pelo projeto ocidental colaboram para o giro decolonial percebido na América Latina, com estudos da lavra de Anibal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Arturo Escobar, dentre outros. É certo que o conceito de colonialidade do poder é desenvolvida por Quijano, a partir da ideia da matriz colonial do poder. Contudo, Batalla contribui para a fundamentação de críticas ao projeto ocidental na modernidade, constituindo um dos intelectuais de maior expressão nas ciências sociais, com destaque aos estudos latino-americanos que se dedicam às teorias civilizatórias. Sua obra é ampla, diversificada e inclui estudos nas áreas da etnologia e da antropologia, voltados, majoritariamente, para as reflexões sobre a organização social, a construção de identidades e as relações inter-étnicas.

Batalla teve sua vida precocemente interrompida (em 19 de julho de 1991) por um acidente automobilístico. Nascido aos 11 de janeiro de 1935, no México D.F., formou-se etnólogo pela Escola Nacional de Antropologia e História (1953-57), doutorou-se em antropologia na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), em 1967, e dedicou-se aos estudos nas áreas da etnologia e antropologia, destacando-se pelas suas

contribuições teóricas ao etnodesenvolvimento, à teoria do controle cultural e teorias civilizatórias. Durante seus 56 (cinquenta e seis) anos, atuou em diferentes instituições e desempenhou importantes funções: foi chefe do Centro de Bem Estar Social Urbano (1957); Diretor do Instituto Nacional de Antropologia e História (1972-76); fundador e diretor do Museu Nacional de Culturas Populares (1981-85); Coordenador Nacional do Seminário de Estudos da Cultura, do Conselho Nacional para a Cultura e Artes; co-fundador do Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social, da Escola Nacional de Antropologia e História; além de integrar, no âmbito acadêmico, o corpo docente na UNAM, na FLACSO e na ENAH. No âmbito científico, destacam-se, de sua autoria, os livros “*México profundo: una civilización negada*” (1988) e “*Utopía y Revolución*” (1987).

Em apertada síntese, Batalla explica em “*México Profundo*” as raízes históricas da contradição do processo colonizador pelo qual o país foi submetido a partir do desenvolvimento das chaves conceituais anteriormente mencionadas: o México “profundo” e o “imaginário”. Esses dois conceitos trazem em si a polarização entre duas adjetivações que qualificam a história do país.

A história recente do México, a dos últimos 500 anos, é a história do confronto permanente entre aqueles

que pretendem impor ao país o projeto de civilização ocidental e aqueles que, arraigados em formas de vida de origem mesoamericana, resistem. (BATALLA, 2019, p.26).

A obra está organizada em três artes, além dos textos de prefácio à edição brasileira, subscrito pela professora emérita da Unb, Alcida Rita Ramos, de prefácio à segunda edição e de introdução, ambos de autoria do próprio Bonfil Batalla, assim intituladas: a primeira, “A civilização negada”; a segunda, “Como chegamos aonde estamos”; e a terceira e última, “Projeto nacional e projeto civilizatório”.

No texto introdutório, o autor explicita os propósitos da obra:

Este livro tem um duplo propósito. Por um lado, busca apresentar uma visão panorâmica da onipresença e da diversidade do índio no México. O ‘índio’, reflexo da persistência de uma civilização mesoamericana em povos definidos, os povos indígenas, que se expressa igualmente, e de diversas maneiras, em outros âmbitos importantes da sociedade nacional que formaram, junto com o indígena, o que chamo de “México profundo”. Por outro lado, com base no reconhecimento de um México profundo, propõe argumentos para uma reflexão mais ampla que todo mexicano deve fazer: o que significa para nossa história, para nosso presente e, sobretudo, para nosso futuro, a coexistência aqui de duas civilizações, a mesoamericana e a ocidental? (BATALLA, 2019, p.25).

A reflexão central proposta pelo autor é, justamente, a “presença de duas

/
civilizações” dentro do mesmo território – o mexicano. Ele afirma a existência de um “México imaginário” que nega a existência de uma civilização mesoamericana, ou de um “México profundo”.

O México profundo está formado por uma grande diversidade de povos, comunidades e setores sociais que constituem a maioria da população do país. O que os une e os distingue do resto da sociedade mexicana é que são grupos portadores de maneiras de entender o mundo e organizar a vida que têm sua origem na civilização mesoamericana, edificada aqui ao longo de um processo histórico dilatado e complexo. As expressões atuais dessa civilização são muito diversas: desde as culturas que alguns povos índios souberam conservar com maior grau de coesão interna, até a grande quantidade de características isoladas que se distribuem de maneira diferente nos distintos setores urbanos. A civilização mesoamericana é uma civilização negada, cuja presença é imprescindível reconhecê-la. (BATALLA, 2019, p.39).

Batalla identifica como sendo alguns de seus elementos caracterizadores a constituição de grupos originários da civilização mesoamericana e que são portadores de maneiras específicas de entender o mundo e organizar a vida, maneiras estas que foram forjadas em um longo e complexo processo histórico. Este México é caracterizado, ainda, como constituinte de uma civilização negada e invisibilizada acirradamente pelos processos

colonizadores, e que se expressa de forma diversificada com culturas de povos indígenas e outras características distintivas.

Um dos pontos que chama atenção na obra é a oposição *ellos/nosotros* que caracterizaria uma contradição na história mexicana, cuja linearidade histórica é negada ao se ofuscar a própria continuidade da civilização mesoamericana no México. Para o autor, não obstante o país possuir uma civilização milenária, falta reconhecimento da própria vinculação história do México atual com as suas origens.

O passado mexicano seria tradicionalmente problematizado a partir de sua dimensão territorial (processos de luta e ocupação do território), ao que o autor denomina *passado fóssil*, e não em sua ancestralidade (a *nuestra* história), denotando uma ruptura histórica na construção do México que, no limite, coloca o sujeito atual afastado, e até mesmo contraposto, ao seu próprio passado constituinte, visto como outro sujeito, outra realidade, desligada dos acontecimentos e contextos atuais.

Não se reconhece que há uma conexão histórica ou uma continuidade com o passado. Alguns pensam que esse passado morreu assassinado, ou foi redimido, no momento da invasão europeia. Somente teriam ficado ruínas, vidas ou em pedras.

Aceitamos esse passado e o usamos como passado do *território*, mas nunca como o *nosso* passado. São os índios e tudo o que se relaciona a eles.

E nesse discurso a ruptura é destacada e acentuada como uma carga reveladora e inquietante de superioridade. (BATALLA, 2019, p.41).

O autor realiza um levantamento histórico sobre a origem da civilização mexicana, tratando do início da ocupação das terras no continente há pelo menos trinta mil anos, passando pelo processo de sedentarização e desenvolvimento da agricultura na região, pelo processo de reconhecimento do índio a partir da relação colonial estabelecida, e culminando com o problema da cultura nacional, que inaugura a segunda parte da obra. Dialogando com a construção de sua teoria civilizatória, notamos que as contribuições do autor podem ser organizadas em dois conjuntos de argumentos: a identificação de uma cultura e presença milenar do homem no território mexicano que propiciaram o desenvolvimento de uma civilização específica, mesoamericana (o “México Profundo”); e a persistência de relações entre culturas (contato e choque do projeto ocidental com o mesoamericano) no desenvolvimento histórico do país.

A conformação atual do México, sua diferenciação regional, os contrastes entre Norte e Sul, altiplano e costas, a preeminência dos vales altos centrais, ainda que se baseie em uma diversidade geográfica de rotunda presença, é acima de tudo o resultado de uma história cultural milenar, cujas

pegadas profundas não foram apagadas pelas mudanças dos últimos 500 anos. (BATALLA, 2019, p.51-52).

A principal conclusão apresentada pelo autor é que a presença milenar do homem do atual território mexicano produziu uma civilização específica (do México profundo, originário da mesoamerica), que se distingue e se qualifica em relação ao Ocidente.

O fato importante a ser destacado é que a presença milenar do homem no atual território mexicano *produziu uma civilização*. Isso tem implicações de importância profunda. Por um lado, indica que as diversas culturas que existiram no passado pré-colonial e as que, embora transformadas, existem hoje como continuação daquelas, têm uma origem comum, são resultado de um processo civilizatório único. Isso lhes outorga unidade básica acima de quaisquer diferenças e particularidades. Por outro lado, ao se falar de civilização, fazemos referência a um nível de desenvolvimento cultural (no sentido mais amplo e inclusivo do termo) suficientemente alto e complexo para servir de base comum e orientação fundamental para os projetos históricos de todos os povos que compartilham essa civilização. Não se trata, portanto, de um simples agregado, mais ou menos abundante, de traços culturais isolados, mas de um plano geral de vida que dá transcendência e sentido aos atos do homem, situando esse, de certa forma, em relação com a natureza e o universo. (BATALLA, 2019, p.52).

/

Desta constatação decorrem algumas implicações: a continuidade das diversas culturas; a precedência de uma origem comum; a existência de uma unidade básica (para além dos aspectos de distinção entre as culturas e povos); a percepção de alto e complexo nível de desenvolvimento cultural (altos e complexos o suficiente para servir de fundamento e orientação aos projetos históricos de todos os povos que integram a civilização).

Neste cenário, em que o autor constrói as noções dos dois projetos civilizatórios, ele problematiza o processo histórico de desindianização levado a cabo no México. Processo este que teria iniciado há quinhentos anos, com a colonização da região, e que denota a renúncia à identidade dos povos originários mexicanos, em seu amplo aspecto (incluindo sua organização social e cultural), e revela forças etnocidas que potencialmente impedem a unidade social no país: a ascendência indígena como um espelho em que não se deseja olhar.

A desindianização, por sua vez, é um processo histórico, por meio do qual populações que originalmente possuíam uma identidade particular e distintiva, baseada em uma cultura nativa, são forçadas a renunciar a essa identidade, com todas as consequentes mudanças em sua organização social e em sua cultura. A desindianização não é resultado de uma mestiçagem biológica, mas da ação de forças etnocidas que acabam por impedir a continuidade histórica de um povo como unidade

social e culturalmente diferenciada. (BATALLA, 2019, p.65).

É justamente nesse contexto que o autor postula o reconhecimento do índio como categoria de conversão ideológica cuja denominação genérica “índio” oculta o movimento político de identificação, no índio, do depositário “único e remanescente” da ancestralidade e passado originário do país. Segundo o autor,

O índio não se define por uma série de traços culturais externos que o faz diferente aos olhos de estranhos (a indumentária, a língua, as maneiras etc). Ele define-se por pertencer a uma coletividade organizada (um grupo, uma sociedade, um povo) que possui uma herança cultural própria que foi elaborada e transformada historicamente, por gerações sucessivas. Em relação a essa cultura nativa de cada um, a pessoa reconhece-se e se sente maia, purépecha, seri ou huasteco. (BATALLA, 2019, p.73).

A construção de estereótipos sobre o indígena, protagonizada pelo projeto ocidental como estratégia de negação do “México Profundo”, apresenta, para Batalla, outro importante fator de análise: a invisibilização da presença indígena no amplo espectro social e cultural do país. A relação que anteriormente fiz com o giro decolonial ganha aqui força com o argumento de Batalla: não obstante inexistir uma cultura nacional unificada, a herança e a ancestralidade indígena, sempre presentes,

/
são manipuladas para uma pluralidade de culturas minoritárias que mascara uma história de relações de poder que atuam no esquema de dominação colonial. Exemplo deste movimento, que é capitaneado pelo projeto ocidental, é o processo de desindianização das comunidades rurais, que levam as comunidades camponesas a romperem com sua identidade étnica originária.

A dominação colonial teve efeitos profundos em todos os âmbitos da vida indígena, pois limitou sua cultura, impôs elementos alheios, extorquiou-lhes seus recursos e elementos culturais que formam parte de seu patrimônio histórico, provocou várias formas de resistência, buscou de todas as maneiras assegurar a sujeição do colonizado, mais efetiva quanto mais se convença a ele de sua própria inferioridade diante do colonizador. (BATALLA, 2019, p.73-74).

Outro exemplo utilizado pelo autor é a segregação espacial de origem colonial no México, em que o centro, urbanizado, é tomado pelos colonizadores e a periferia é relegada aos indígenas.

Neste ponto, o autor trata do “índio desindianizado”, trazendo o território como elemento da diversidade cultural e introduzindo a noção de diferenças “horizontais” e “verticais”.

Ele observa que a regionalização do país se deu a partir da geografia física e que, de fato, ela reverbera na diversidade cultural.

A variedade de geografias, sem ser determinante absoluta das diferenças culturais, subjaz, sem dúvida, em muitas características que distinguem a maneira de viver de cada região do país. [...] A diversidade e o contraste de nichos ecológicos com recursos naturais diferentes constituem o quadro permanente para a configuração cultural do México. Sua importância particular nem sempre foi a mesma, porque a natureza adquire significado e é transformada em recursos para os seres humanos somente por meio da cultura, e a cultura varia ao longo da história. (BATALLA, 2019, p.106).

Mas ressalta que estes elementos geográficos não são determinantes absolutos daquilo que denomina como sendo “regiões culturais” (BATALLA, 2019, p.107), então não sistematizadas. Isso porque dentro de um mesmo território, de uma mesma região, convivem culturas diferentes. Neste ponto, o autor destaca variações “horizontais” e “verticais”.

Além das diferenças culturais, que podemos chamar ‘horizontais’, entre as regiões do país e entre os espaços urbanos e rurais, o panorama cultural da sociedade não índia se apresenta ainda mais diversificado pela presença de distinções ‘verticais’ que obedecem à divisão hierarquizada da sociedade em estratos e classes. A diferença dos contrastes culturais oriundos da coexistência de grupos étnicos, ou

da consolidação de regiões com culturas distintas, e a variação cultural originária da divisão de classes e de estratos devem ser entendidas em termos de níveis. Isso quer dizer que, em uma sociedade de origem comum, os grupos que a compõem participam em níveis distintos de uma cultura também comum, segundo a ordem social imperante que outorga oportunidades e privilégios a certos setores em detrimento de outros. (BATALLA, 2019, p.109).

A desindianização, nesse processo, ocorre a partir de uma ruptura cultural que fossiliza o índio em um “mundo morto”, colocado no passado, ao passo em que a presença do índio, em sua diversidade cultural, é negada na atualidade.

A tese de Batalla que se faz pertinente retomar na atualidade é justamente a oposição de fundo que determina a estrutura e dinâmica cultural da sociedade mexicana, qual seja, o enfrentamento de duas civilizações - a mesoamericana e a ocidental – que se chocam em oposições irreconciliáveis e que remetem a uma relação assimétrica de dominação e poder colocado a serviço do projeto ocidental.

A oposição subjacente que determina a estrutura e a dinâmica cultural da sociedade mexicana é o confronto de duas civilizações: a Mesoamérica índia e o Ocidente cristão.

[...]

A relação entre os dois extremos nunca foi e não é harmônica. Pelo contrário, é uma relação que até

agora tem sido irreconciliável, porque se baseia na imposição da civilização ocidental e na consiguiente subjugação da civilização índia. Não existe uma simples coexistência das duas civilizações, o que, provavelmente, facilitaria o intercâmbio cultural e poderia resultar na sua unificação, como proclamado pela ideologia oficial. O que existe é uma relação assimétrica de dominação e subordinação, na qual não se concede a setores da cultura índia (majoritária no país, como já vimos) o direito de conservar e desenvolver seu próprio projeto civilizatório. (BATALLA, 2019, p.133).

O movimento de desindianização, portanto, pode ser compreendido como instrumento de ocidentalização do povo e história mexicana, que perpassa a captura da própria cultura nacional.

O que foi proposto como cultura nacional, em diferentes momentos da história mexicana, pode ser entendido como uma aspiração permanente a deixar de ser o que somos. Tem sido um projeto cultural que nega a realidade histórica da formação social mexicana e que, portanto, não admite a possibilidade de construir o futuro com base nessa realidade. E sempre um projeto de substituição. O futuro está em outro contexto, em outro lugar que não aqui, nesta realidade concreta e cotidiana. Assim, a tarefa de construir uma cultura nacional consiste em impor um modelo estrangeiro distante, que por si só eliminará a diversidade cultural e alcançará a unidade pela supressão do que já existe. (BATALLA, 2019, p.147).

Essa captura, na linha de reflexão proposta pelo autor, se dá a partir da imposição de uma ordem colonial que foi estabelecida pelo emprego da violência, pela constituição do 'índio' e sua negação, pela subjugação dos povos originários, pela assimilação de sua cultura.

A ordem colonial era, por natureza, excludente. Baseava-se na incompatibilidade entre a cultura do colonizado e do colonizador. [...] A exclusão significava que a cultura do povo dominado não era reconhecida como tendo qualquer valor próprio. Era uma cultura negada, incompatível. A ideia não era subjugar o colonizado para lhe retirar o que fazia ou produzia, mas para forçá-lo a fazer ou produzir algo diferente. (BATALLA, 2019, p.164-165).

A empreitada colonial, visando um projeto civilizatório específico – modernizante, ocidental, europeu, projetado como México imaginário -, avançou na construção de uma ideia de nação que não comportava a convivência com o México profundo – lido como obsoleto, um passado morto e atrasado -, e, portanto, com o índio. Dito de outra forma, para construir e alcançar o México imaginado, era necessário eliminar o México profundo. E, nesse movimento, a ordem colonial construiu o índio como inimigo, não o reconhecendo como cidadão.

A Independência criou uma nova entidade sociopolítica México [...] cujos cidadãos converteram-se em

proprietários e beneficiários exclusivos de todo patrimônio e de todas as riquezas que o território nacional continha. [...] Tudo isso exigia a definição de um projeto nacional que especificasse, desde seu início, quem eram os cidadãos mexicanos e quais as qualificações que deveriam ter para poder exercer seus direitos correspondentes [...] (BATALLA, 2019, p.200).

Esse tema é tratado pelo autor ao longo do sexto capítulo, em que enfoca os esforços de elaboração de uma nação a partir da desindianização materializada em diferentes episódios históricos, que incluem o indigenismo e a mestiçagem.

Tudo parece um campo de batalha permanente. Em alguns momentos, quando o México imaginário vive etapas ilusórias de expansão, as pressões aumentam. [...] Em resumo, a vida cotidiana dos povos índios desenvolve-se, desde o momento em que cada um deles ficou sob a dominação colonial, em uma cotidianidade em que se encontram a cultura nativa e a cultura imposta, em diferentes campos e com proporção variável, segundo os casos e momentos históricos. (BATALLA, 2019, p.275).

É com essas reflexões que o autor encaminha a finalização de sua obra, debatendo o projeto nacional e o projeto civilizatório no México. O autor refuta a permanência de um país imaginário e propugna pelo reconhecimento do “México Profundo” como forma de melhorá-lo, de superar a negação do projeto civilizatório

/
mesoamericano e, acima de tudo, desenvolvê-lo a partir de suas potencialidades. Batalla defende que o projeto nacional mexicano deve ser definido em termos civilizatórios e propõe, como alternativa, a insistência na substituição dos projetos.

Há outra alternativa, derivada, precisamente, do reconhecimento e da aceitação da civilização mesoamericana, com todas as consequências que isso traz. Trata-se de um projeto nacional de desenvolvimento organizado com base no pluralismo cultural, o qual seria entendido não como um obstáculo a superar, mas sim como o próprio conteúdo do projeto, o que o torna legítimo e viável. A diversidade cultural não seria simplesmente uma situação real reconhecida como ponto de partida, mas sim um objetivo central do projeto. A tentativa seria promover o desenvolvimento de uma nação pluricultural, sem que ela deixasse de ser exatamente isso: uma nação pluricultural. (BATALLA, 2019, p.309).

E conclui:

[..] diante do colapso da ilusão, é necessário olhar para dentro e encontrar as nossas forças, nossos recursos e nossas habilidades para formular um projeto nacional autêntico e viável, ou seja, os planos materiais disponíveis para construir nosso lar comum. A conclusão, na minha opinião, não pode ser senão tentar construir uma nação plural, na qual a civilização mesoamericana, encarnada em uma grande diversidade de culturas, tenha o lugar que lhe corresponde e que nos permita ver o Ocidente a partir do México, ou seja, que nos permita

entender e aproveitar seus avanços do ponto de vista de uma civilização que é nossa, porque foi elaborada aqui nesta terra, passo a passo, desde a mais remota antiguidade. (BATALLA, 2019, p.326).

Referências bibliográficas

BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: uma civilização negada*. Traduzido por Rebecca Lemos Igreja. Brasília: Editora UnB, 2019.

RIBEIRO, Darcy. *A América Latina existe?* Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Ed. UnB, 2010. (Darcy no bolso, v.1).

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Enero/Abril, Año/Vol.10, N° 1. Universidad Central de Venezuela. Caracas, Venezuela, p. 75-97.

CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: CLACSO/Vozes/ LPP, 2002.